

ENTRADA (A PREENCHER PELOS SERVIÇOS)	
<input type="checkbox"/> Dados e documentos exibidos em conformidade	
<input type="checkbox"/> Detetou "não conformidade" aconselhando o requerente a não efetuar a entrega sem que seja devidamente corrigido	
O TÉCNICO:	

## PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Fafe

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Freguesia \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
N.º Identificação Fiscal \_\_\_\_\_ N.º Identificação Civil \_\_\_\_\_ Válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Código da Certidão Comercial Permanente \_\_\_\_\_  
Telemóvel \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

### MEIOS DE COMUNICAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

Autorizo comunicações para o telemóvel e o envio de notificações decorrentes deste processo para o meu endereço eletrónico. Solicito, ainda, que as notificações referentes a este processo sejam enviadas por correio eletrónico ao/a  técnico/a autor/a do projeto  outro. Nome: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

### PRETENSÃO

Vem, na qualidade de <sup>1</sup> \_\_\_\_\_, nos termos do disposto nos artigos 62.º, 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, vem requerer a concessão da autorização de alteração de utilização:

- do prédio  
 da(s) fração(ões) autónoma(s) \_\_\_\_\_

sito em \_\_\_\_\_ freguesia de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ com alvará de utilização n.º \_\_\_\_\_ para <sup>2</sup> \_\_\_\_\_, pretendendo alterar a utilização para <sup>3</sup> \_\_\_\_\_.

### EMIÇÃO

Mais requer a emissão do alvará de alteração de utilização nos termos do disposto no Artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.

Pede deferimento,

DATA

ASSINATURA DO REQUERENTE

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>1</sup> Proprietário/a ou outro/a titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realizar a operação urbanística;  
<sup>2</sup> Utilização autorizada  
<sup>3</sup> Utilização pretendida

**ELEMENTOS PARA INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhado de declaração dos/as autores/as e coordenador/a dos projetos de que aquela respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE;
- Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor/a de projeto, nos termos do regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos/às técnicos/as responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares que fixam os usos e utilizações admissíveis, bem como à idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido;
- Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, do acordo com o modelo ficha 2, constante do anexo à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, caso se trate de edifício de habitação;
- Certificado SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios;
- Fotografias do prédio (mínimo de duas e a cores);
- Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município;
- Extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes dos planos municipais vigentes à escala de 1:10000, com indicação precisa do local objeto da pretensão;
- Planta de implantação à escala de 1:500 ou superior, com a indicação precisa do local objeto da pretensão;
- Memória descritiva contendo:
  - a) Área objeto do pedido;
  - b) Caracterização da operação urbanística;
  - c) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
  - d) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
  - e) Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
  - f) Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
  - g) Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;
  - h) Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Telas finais, quando aplicável;
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;
- Declaração de conformidade entre os processos físico e digital, subscrita pelo/a técnico/a coordenador/a;
- Outros elementos que o requerente queira apresentar:

_____
_____
_____

---

N.º de exemplares:

1 original

1 cópia em suporte digital